

BOI NA LINHA
Câmara rejeita projeto do Senado e vota versão ruralista do Código Florestal

OS PONTOS POLÊMICOS

Margens de rios
O código aprovado na Câmara reduz a proteção a margens de rios, que são importantes porque afetam a qualidade da água usada pelas pessoas e a biodiversidade



COMO É HOJE Legislação em vigor diz que áreas de preservação permanente, que variam de 30 a 500 m de largura nas margens, devem ser completamente reflorestadas

COMO FICOU Em áreas desmatadas, recuperação mínima será de 15 m em rios pequenos. Não há previsão de como ficará para rios maiores

Áreas urbanas
Essas regiões continuam sem uma legislação ambiental específica. Mesmo nas cidades, matas em margens de rios são importantes para evitar enchentes



COMO É HOJE Não há regras específicas para essas regiões. Normas são definidas pelo plano diretor de cada município

COMO FICOU As medidas do Senado que previam regras para rios urbanos e áreas verdes nas cidades foram retiradas do projeto aprovado pela Câmara

Manguezais
O novo código regulou a proteção a essas ambientes. Especialmente frágeis, são considerados berçários de diversas espécies marinhas



COMO É HOJE Restingas ao redor de mangues devem ser protegidas, mas legislação atual não protege manguezais em si

COMO FICOU Algumas partes do manguezal deixam de ser áreas de preservação, com seu uso liberado para criação de camarão

Câmara derrota Dilma e aprova fragilização de regras ambientais

Expectativa é que presidente barre dispositivos que reduzem a proteção às águas brasileiras

Bancada ruralista comemorou aprovação, por 274 votos a 184, mas já prepara projeto para se contrapor a veto

CLAUDIO ANGELO
MÁRCIO FALCÃO
DE BRÁSILIA

O plenário da Câmara dos Deputados impôs ontem uma nova derrota ao governo ao aprovar, por 274 votos a 184, o texto do deputado Paulo Piau (PMDB-MG) que reforma o Código Florestal Brasileiro. O projeto atende à bancada ruralista, mas a discussão ainda não se encerrou. Já esperando a derrota, o governo havia mobilizado senadores aliados para que apresentem novo projeto para disciplinar o tema. Isso será necessário porque a expectativa é que a presidente Dilma Rousseff vete boa parte do texto da Câmara,

em particular os dispositivos que cedem demais ao agronegócio e reduzem a proteção às águas brasileiras. Em seu lugar, o governo pode editar medida provisória que retoma o espírito do texto aprovado anteriormente no Senado, defendido pelos grupos ambientalistas. “O primeiro sentimento é que a segurança jurídica e o tão procurado equilíbrio entre ambiente e produção não foram alcançados”, disse à **Folha** a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, sobre o resultado da votação. A bancada do agronegócio, por sua vez, comemorou a votação, e também já tem uma estratégia traçada caso se confirme o veto presidencial. A ideia é apresentar projeto de lei com previsão de flexibilização da obrigatoriedade de recuperar florestas em margem de rio, principal polêmica do texto de ontem. A reta final da tramitação do Código Florestal foi tão

confusa que não ficou claro no texto aprovado o alcance da chamada “anistia”, que é a dispensa de reflorestamento para todos os desmatamentos feitos até julho de 2008 nas margens dos rios. Piau havia retirado a previsão, aprovada pelo Senado, de que os agricultores deveriam recompor um mínimo de 15 metros e um máximo de 100 metros das margens dessas matas, conhecidas como de preservação permanente.

“O primeiro sentimento é que a segurança jurídica e o tão procurado equilíbrio entre ambiente e produção não foram alcançados

IZABELLA TEIXEIRA
ministra do Meio Ambiente, sobre o resultado da votação do Código Florestal

Sob o argumento de que regimentalmente não era possível fazer essa mudança, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), determinou ao relator que devolvesse ao texto a proteção. Piau o fez, mas reinseriu um parágrafo do projeto do Senado que limitava a recuperação das APPs em pequenas propriedades a 20% da área na maior parte do país. Outras mudanças aprovadas no texto do Senado que desagradaram ao governo foram a retirada da proteção às matas em área urbana, de interesse da indústria, e a exclusão de apicuns e salgados (parte do manguezal) da categoria de área de preservação permanente.

“MEU GOVERNO”
A novela do código, que se arrastava na Câmara desde 2009, voltou a escancarar a guerra entre os dois maiores partidos da base governista, o PT —contrário ao texto de

Piau— e o PMDB —favorável. O líder peemedebista, Henrique Eduardo Alves (RN), desafiou o Planalto ao discursar sobre o código, lembrando a votação “histórica” do código na Câmara em 2011 — quando Dilma sofreu sua primeira derrota parlamentar. Arrancou aplausos ao dizer que, de 78 deputados do PMDB, 76 estavam no plenário e a favor do texto de Piau. E referiu-se pelo menos três vezes ao governo federal como “o meu governo”. “O governo é ambientalista, mas também é ruralista, é pecuarista.” E provocou o líder do PT, Jilmar Tatto (SP), que havia criticado Piau: “Compreendo sua posição, mas uma discussão não se vence impondo nem ameaçando, nem enganando, nem iludindo”, disse Alves. O petista devolveu: “Se fôssemos um país parlamentarista, derrotar governo é cair do gabinete”.



Código Florestal
Peça-chave da legislação ambiental, define as áreas que devem ter a vegetação conservada e as que podem ser usadas para agricultura e pecuária



Histórico
Novo projeto atualiza código de 1965. Plano foi objeto de várias idas e vindas no Congresso. Aprovado, ainda precisa passar pelo crivo de Dilma



Polêmica
Novo código foi motivo de disputa entre Planalto e ruralistas, representados pelo deputado Paulo Piau (PMDB-MG). Presidente considera texto de Piau “anistia”

OUTRAS ALTERAÇÕES DO RELATÓRIO DA CÂMARA

Espécies ameaçadas
Áreas com espécies ameaçadas poderão ser desmatadas sem autorização do Ibama

Pasto em encosta
Libera criação de gado em pastagens artificiais criadas em regiões de encostas

Desmatos futuros
Desmatamentos ilegais feitos daqui para frente poderão ser regularizados

Comissão da Casa aprova poder de veto a ato da Justiça

Proposta ainda precisa passar por duas votações

DE BRÁSILIA

A principal comissão da Câmara aprovou ontem uma proposta que amplia os poderes do Congresso para sustentar atos do Judiciário. Segundo o deputado Nazaren (PT-PI), autor da proposta de emenda constitucional, hoje o Legislativo pode sustentar apenas atos do Executivo. “No nosso entendimento, há uma lacuna na Constituição levando a uma desigualdade nas relações do Legislativo com os outros Poderes. Esta emenda vai corrigir essa desigualdade, contribuindo assim para o equilíbrio entre os três Poderes”, afirmou. A proposta permite ao Congresso sustar os atos normativos dos outros Poderes “que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”. Deputados citam como possíveis abusos medidas da Justiça Eleitoral e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Para vigorar, o texto, aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, terá de ser analisado por uma comissão especial e pelo plenário. (MÁRCIO FALCÃO)

sem juros.

as Mães ofrio

tudo de melhor.

4002 3050

www.pontofrio.com

24h com as melhores ofertas para você.

IPI REDUZIDO

524 LITROS

FROST FREE

Refrigerador Side by Side

Disponibilidade somente em 110V

10x R\$ 369,90

sem juros no Cartão Pontofrio*

R\$ 3.699,00 à vista

LAVAGEM A SECO

IPI REDUZIDO

8,5 QUILOS

Lavadora/Secadora

Disponibilidade somente em 110V

10x R\$ 239,90

sem juros no Cartão Pontofrio*

R\$ 2.399,00 à vista

4 BOCAS

ACENDIMENTO AUTOMÁTICO

TIMER DIGITAL SONORO

Fogão Atível

R\$ 899,00

À VISTA

10x R\$ 89,90

sem juros no Cartão Pontofrio*

IPI zero

Promção não cumulativa. ** Consulte o vendedor sobre modelos disponíveis. Condições de pagamento exclusivas para os CARTÕES EXTRA, EXTRA ITALICARD MASTERCARD, COMPREMEM, COMPREMEM ITALICARD MASTERCARD, PÃO DE AÇÚCAR, PÃO DE AÇÚCAR, Celeron Inside, Core Inside, Intel, Logotipo Intel Inside, Intel Atom Inside, Intel Atom Inside, Intel Core, Intel Inside, Logotipo Intel Inside, Intel vPro, Itanium, Itanium Inside, Pentium, Pentium Inside, vPro Inside, Xeon, e Xeon Inside são marcas registradas da Intel Corporation e suas filiais. Eventuais erros neste impresso têm preservado o direito de retificação. Fotos ilustrativas. As ofertas anunciadas não são válidas para a loja virtual www.pontofrio.com.br